

Ata número noventa e quatro (94) – Reunião Ordinária do Conselho de Administração.

Ao oitavo (08) dia do mês de julho (07) do ano de dois mil e vinte (2021), às dezoito horas e trinta minutos (18h30), na sala de reuniões da Autarquia Cambé Previdência, realizou-se a reunião ordinária do Conselho de Administração gestão 2020/2023. Presentes os membros: Eu - Eduardo Anzola Pivaro, Carlos Alberto Serpeloni, Wagner Santana, Aldecir Cairrão, Jackson Romeu Ariukudo, Paulo Humberto Pizaia Neto e Josiele Diniz da Silva Richieri e a diretora presidente Andréia Cristina da Silva. A diretora presidente distribuiu os documentos necessários para a reunião e eu, Eduardo, colhi as assinaturas pendentes na ATA da reunião anterior, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para ciência e conferência, e também, a lista de presença para a reunião deste dia. Na sequência, iniciei a reunião elencando os assuntos da pauta: 1) Manifestar-se sobre o Projeto de Lei que dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Cambé com a Autarquia Cambé Previdência e 2) Demonstrativo Financeiro e relatório das aplicações financeiras referente ao mês de junho/2021 e passei a palavra para a Diretora Presidente. Andréia deu início com o primeiro item da pauta, justificando que a princípio, inseriu na pauta que seria uma deliberação, mas retificou posteriormente, informando que trata-se de manifestação sobre o Projeto de Lei referente ao parcelamento e passou a explicar sobre a origem e os impasses referente a dação em pagamento de imóveis no exercício de 2016 e que trouxe o assunto para manifestação do conselho, com vistas ao envio oficial do Projeto de Lei pelo Prefeito e, em atenção, ao artigo 9º, inciso XV da Lei Municipal 2.647/2014. Andréia encaminhou o projeto de lei aos conselheiros com antecedência, para que todos analisassem, nos informando que seria objeto de pauta da presente reunião. Andréia passou a palavra aos conselheiros para que se manifestassem sobre o projeto de Lei. O primeiro pronunciamento foi do Aldecir, que voltou a pergunta à Andréia, questionando-a sobre o que ela achava do PL. Andréia respondeu que é favorável ao parcelamento, com vistas ao situação atual da dação e com vistas a atualização a valor presente pela meta atuarial bem como das parcelas vincendas que serão atualizadas mensalmente. Informou também que o calculo é feito pela própria secretaria de previdência e não mais manual. Aldecir disse que é da seguinte opinião: Primeiro que a dação foi objeto de ação judicial e encontra-se em tramite, sem julgamento final, não tendo ainda o transitado julgado; Que o crédito é de modalidade de pgtº a vista, se tivesse concretizado a dação estaria incorporado ao patrimônio e disponível, ao passo que o projeto de parcelamento atribui pgtº em 200 meses, vejo isso como situação temerária, somado ainda as diferenças a menor de receitas de contribuição para os pagamentos de aposentadoria e pensões ao longo de quatro anos e meio; 2º, falta de parecer jurídico da autarquia com relação ao projeto; tbem observei e acho necessário fazer um parâmetro de qual seria o valor dos imóveis hoje em termos de valorização imobiliária; penso também que o crédito não é passível de parcelamento. Em seguida, Serpeloni se manifestou favorável ao PL, que acha muito vantajosa a proposta, enfatizando que em outras ocasiões já foram feitos outros parcelamentos e em até 35 anos e nao teve problema e nenhum prejuízo. Serpeloni continuou dizendo que não tem necessidade nenhuma de avaliação de imóveis, até porque na Dação foi ilegal e colocaram



- 1 -
B

Nenhum outro conselheiro se absteve ao parcelamento, apenas Aldecir que acredita que o Município deveria pagar a vista e não parcelado. Em seguida, passei a palavra a Andréia para dar sequencia a reunião, e a mesma, começou a discorrer sobre o demonstrativo financeiro de junho de 2021, nos informando que os repasses das contribuições previdenciárias (patronal e servidor) totalizaram R\$ 3.391.530,89, e somados as demais receitas, inclusive extra-orçamentárias, totalizaram R\$ 4.879.508,16. Neste momento, Andreia mencionou sobre as receitas com os trabalhos de compensação previdenciária no valor de R\$ 422.893,34, que tratam-se de valores em atraso devido a mudanças no sistema de compensação e destacou novamente que os valores mensais a receber estão condicionados a CND do Município, ou seja, caso positiva, a compensação não será paga naquele mês. Serpeloni questionou os valores a receber com a compensação, Andréia informou que a pró-rata mensal está na casa de 139 mil e há processos a serem analisados. As despesas previdenciárias totalizaram R\$ 3.532.123,61 as despesas administrativas R\$ 132.138,29 - incluindo as obrigações tributárias / contributivas e despesas extra-orçamentárias, totalizaram R\$ 4.280.587,25. Finalizando o mês de junho com um resultado positivo de: R\$ 598.920,91. Saldos bancários na data de 30/06/2021 era de R\$ 139.450.566,88 e encerramos o mês de junho com um total de 982 beneficiários - (aposentados e pensionistas). Passando para o relatório das aplicações financeiras, Andréia mencionou que foi um mês de cautela para o mercado financeiro, porém, que ainda que pouco, nossa carteira trouxe ganhos devido a nossa diversificação e destacou as realocações feitas pelo Comitê de Investimentos que foram informadas na ultima reunião ao Conselho. O fundo indexado ao IDKA 2, ainda que tenha encerrado seu acumulado do mês no negativo, entramos no momento certo, e obtivemos ganhos, assim como o fundo multimercado, que encerrou o mês com ganhos de 2,68%. Após a explanação, Andréia perguntou se havia alguma duvida sobre a apresentação. Aldecir apontou a diferença referente as contribuições repassadas com os beneficios pagos. Em seguida, ainda sobre imóveis, ficou acordado entre os membros e Andréia, a abertura de processo para contratação de profissional habilitado para a avaliação de todos os imóveis de propriedade da Autarquia. Andréia informou que foi solicitado ao assessor juridico da Autarquia, um estudo para a permissão de uso de imóveis da Autarquia, com ônus – já que, por vezes, aparece algum interessado em utilizar terrenos. Andréia reforçou a idéia da venda de alguns terrenos, a idéia inicial são os menores, porém, acha melhor aguardar a avaliação dos mesmos, para discutirmos no conselho posteriormente. Encerrando os assuntos, perguntei se alguém tinha mais alguma colocação e como ninguém se manifestou, encerramos a reunião ordinária. E, nada mais havendo a relatar, lavro a presente ata que lida e achada conforme, será assinada por mim - Eduardo Anzola Pivaro e pelos demais membros do conselho de administração.

LISTA DE PRESENÇA - REUNIÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

08/07/2021 - 5ª Feira

ALDECIR CARRÃO



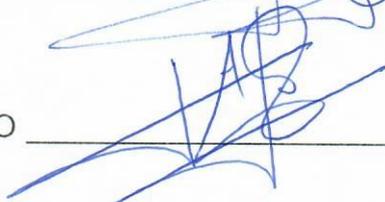
EDUARDO ANZOLA PIVARO



CARLOS ALBERTO SERPELONI



JACKSON ROMEU ARIUKUDO



JOSIELE DINIZ DA SILVA RICHIERI



PAULO HUMBERTO PIZAIA NETO -



WAGNER SANTANA -

